

Fiesp é contra

"O problema não é técnico, é ideológico", diz sobre o Plano Sayad.

Os empresários paulistas rejeitaram ontem o chamado "plano Sayad" para reorganização da economia brasileira, já levado para avaliação do presidente Sarney. Isso ocorreu após uma reunião das principais lideranças da indústria, na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Eles analisaram a proposta do ministro do Planejamento, João Sayad, e chegaram à seguinte conclusão: a "nova economia" representa um afastamento da economia de mercado, amplia a intervenção do Estado. A solução apontada pelos empresários é uma só: retorno à economia de mercado, "como caminho para reorganizar o processo produtivo do País", disse o diretor do Decon (Departamento de Economia), da Fiesp, Walter Sacca, destacado por Mário Amato, seu presidente, para revelar o pensamento da casa.

E a complementação veio através do vice-presidente da CNI (Confederação Nacional da Indústria), Luis Eulálio de Bueno Vidigal Filho, presente ao encontro de ontem: "A questão da rejeição é ideológica", afirmou Vidigal, ressaltando que o plano (que entraria em vigor em 31 de maio) simplesmente revogaria a livre iniciativa nessa data. Por isso, esclareceu: "O problema não é técnico, mas ideológico", dizendo que existem até alguns pontos técnicos que poderiam ser considerados num plano com princípio e fim. Além disso, Sacca argumentou que o retorno à economia de mercado deve contar com o compromisso de todos os segmentos envolvidos: empresários, trabalhadores e governo.

Em outras palavras, Sacca observou que os empresários não gostaram de um "plano" imposto e que não viria respaldado por es-

ses segmentos. "Isso poderia inviabilizar a proposta logo de início", frisou o empresário. Para ele, fora o monopólio e oligopólio — "onde as forças de mercado ainda não funcionam satisfatoriamente" —, o mais saudável seria mesmo o retorno ao mercado determinando os preços dos produtos. Ao tomar conhecimento de que o deputado Ulysses Guimarães havia descartado o "plano Sayad" afirmando que o reodenamento da economia vira através do Ministério da Fazenda Sacca disse: "esperamos que as coisas ocorram dentro desses princípios que defendemos há muito tempo".

Sacca não descartou o engajamento do empresariado num pacto social como uma das poucas formas possíveis de fazer a transição para uma nova economia de mercado, com patamares reduzidos de inflação." Mas isso desde que com o aval das lideranças sindicais, dos empresários e do Governo em relação a seus gastos", afirmou Sacca, "Todos dispostos a assumir um compromisso e cumprí-lo.

Por isso mesmo, o diretor do Decon descartou novas soluções "fabricadas" — "pois elas e têm menor chance de dar certo" — e novos choques, por considerar que seus "traumas" podem ter consequências impossíveis de serem previstas. "A administração adequada para os problemas econômicos é estudar maneiras harmônicas para os problemas enquanto eles vão aparecendo", disse.

Além disso, outros empresários destacaram os pontos perigosos do "plano Sayad". Roberto Niccolau Jeha, presidente do Sindicato da Indústria de Papelão, por exemplo, entende que a possibilidade de um novo choque implicaria a credibilidade

da sociedade, o que para ele não existe no momento. Ainda mais: que o prévio conhecimento do congelamento, ainda que por 90 dias, forçaria um remarcamento desnecessário e abusivo, além da formação de estoques especulativos. Com ele concorda o ex-presidente da Abinee (Associação Brasileira da Indústria Eletroeletrônica), Firmino Rocha de Freitas, para quem o fato levantaria duas palavras de ordem imediatamente: "remarcação e estoques". Para Firmino, "congelamento com data marcada não funciona".

O atual presidente da Abinee, Aldo Lorenzetti, explicou que esse efeito se multiplicaria prejudicando toda a economia, além do que, "elas negam a lei de mercado com o que eu não posso concordar". Para ele, o governo, agora, teria que agir em dois sentidos, se quiser superar a crise: primeiro, baixando as taxas de juros, pressionadas pelos seus papéis, que, em última instância, refletem o déficit público, os gastos do governo, as estatais ineficientes. Em segundo, conter a inflação através de investimentos prioritários e, para o que o congelamento não seria nada positivo. De outro lado, Lorenzetti acha que seria preciso dar um tratamento mais realista à dívida externa, pois, para ele, mais cedo ou mais tarde, será preciso mesmo ir ao FMI (Fundo Monetário Internacional). Então, segundo Lorenzetti, o melhor seria agora preparar um plano para poder negociar com o Fundo sem recessão e juntamente com isso, reduzir a intervenção do Estado brasileiro, buscando uma proposta de consenso nacional, enquanto capital e trabalho se entenderiam paralelamente nas questões mais específicas.